

CONFLITO DISTRIBUTIVO EM SOCIEDADES PRETORIANAS: uma interpretação teórica da inflação brasileira¹

Bruno Pinheiro W. Reis²

Vem se tomando moeda corrente na literatura especializada europeia e norte-americana a afirmação da tese de que democracia - mesmo que institucionalmente estável e organizada no que toca à administração do conflito distributivo - causa inflação. O presente trabalho pretende investigar até que ponto se pode também afirmar que democracia "desorganizada" (ou seja, institucionalmente frágil e, portanto, com um conflito distributivo sem regras consensualmente estabelecidas) propicia processos inflacionários particularmente descontrolados e violentos.

Artigo recente de Gustavo Franco lista os casos observados de hiperinflação neste século e salta aos olhos o fato de que todos os países considerados enfrentavam na ocasião graves crises políticas, seja a derrota numa guerra, com perda de territórios (Áustria e Alemanha), sejam problemas relacionados com a fundação do estado (Hungria e Polônia), seja a agitação pré ou pós-revolucionária (China e União Soviética).³ Franco observa que outros lugares enfrentaram dificuldades econômicas semelhantes às aquelas enfrentadas por estes países, sem que se repetisse o processo hiperinflacionário; de fato, **nunca** houve sequer um processo inflacionário crônico e de taxas mensais persistentemente acima dos 10% em democracias politicamente estáveis.⁴ Torna-se intuitivamente evidente o papel da política como elemento desencadeador da hiperinflação (parece mesmo que a instabilidade institucional seria uma condição necessária da hiperinflação), mas este nexos tem sido explorado - inclusive por Franco - de forma impressionista e pouco rigorosa. Cabe, portanto, o esforço de investigar mais cuidado-

1 O presente trabalho é uma adaptação do projeto de minha tese de doutorado, defendido no IUPERJ em 19 de dezembro de 1991, sob a orientação da Prof^a Maria Regina Soares de Lima. Durante o primeiro semestre daquele ano contei com a orientação do Prof. Luiz Werneck Vianna e, ao longo de todo o processo de elaboração do projeto, pude contar com o Prof. Fábio Wanderley Reis, da UFMG, como um interlocutor freqüente, e, em algumas ocasiões importantes, também com a Prof^a Elisa P. Reis, do IUPERJ. Uma conversa com o colega no IUPERJ, Prof. Fabiano Guilherme Mendes Santos, da UFF, num momento crucial da elaboração do projeto, forneceu-me novas e valiosas referências na literatura pertinente. Outro colega, o Prof. Alberto Carlos Melo de Almeida, também da UFF, leu o projeto depois de defendido, fazendo sugestões úteis e chamando minha atenção para alguns deslizes que me haviam escapado. A todos o meu agradecimento. A responsabilidade, porém, pelo resultado final deve ser imputada a mim exclusivamente.

2 Professor do Departamento de Ciência Política da UFMG.

3 Para os propósitos de seu artigo, Franco (1991, p. 67-70) define hiperinflação como a inflação que supera a taxa de 50% ao mês (p. 67).

4 Posta a questão nestes termos, é possível que exista quem queira considerar o caso da inflação israelense na década dos 80 como uma exceção a esta regra. Todavia, embora se possa falar de estabilidade governamental em Israel, os dramáticos conflitos internos e externos a que o país está sujeito desde a sua fundação permitem não considerá-lo um caso de democracia institucionalmente estável.

samente o vínculo entre a política e processos inflacionários crônicos, de taxas persistentemente elevadas e especialmente resistentes a terapias convencionais, como os que se observam em várias democracias recentes do Terceiro Mundo, entre elas o Brasil.

1 DEMOCRACIA E INFLAÇÃO EM PAÍSES DESENVOLVIDOS: A TEORIA DOS CICLOS ECONÔMICO-ELEITORAIS

A década dos 70 produziu abundante literatura sobre o nexo entre democracia política institucionalizada e inflação moderada - diversos autores ligados à corrente da "escolha pública" (*public choice*) estiveram explorando o problema, com o foco das análises voltado sobretudo para os casos da Europa Ocidental e dos Estados Unidos. Esta literatura veio a se tornar conhecida sob o rótulo de "teoria dos ciclos econômico-eleitorais".⁵

Um dos fulcros desta tese consiste na percepção - a meu ver acertada - de que as escolhas dos formuladores de política macroeconômica não se pautam prioritariamente pelo objetivo da otimização da eficiência da economia, sendo as decisões de política econômica antes o resultado de um conflito político entre interesses coletivos divergentes (Lindberg, 1985, p. 27-28). O outro pilar da teoria - condição suficiente, embora não necessária, do primeiro - consiste numa modelagem dos atores envolvidos (basicamente, governo, de um lado, e eleitores, do outro) calcada em seus traços básicos no modelo já clássico de Downs (1957) para a democracia contemporânea: **grosso modo**, uma espécie de microeconomia da política, onde as firmas são substituídas pelos partidos políticos e os consumidores, pelos eleitores.

Muito resumidamente, o argumento funciona, portanto, da seguinte maneira: como os políticos são, acima de tudo, "empresários eleitorais" cujo objetivo é maximizar seus votos na próxima eleição, eles são extremamente suscetíveis às mais variadas pressões, e procuram atender às demandas do maior número possível de grupos, evitando assim incompatibilizarem-se com qualquer um deles. O resultado são gastos excessivos e muitas vezes inúteis e uma política macroeconômica inconsistente, que produz uma perda na eficiência da economia e propicia, entre outras coisas, o surgimento da inflação. A idéia do ciclo emerge a partir da constatação de que este processo se intensifica à medida que se aproxima a próxima eleição: o governo eleva seus gastos, a economia se aquece, cai o desemprego e eleva-se a inflação. Após a eleição, o governo vê-se obrigado a implementar uma política de estabilização (ao mesmo tempo que se vê mais livre para implementá-la, dada a distância das próximas eleições), passando a adotar uma política relativamente mais "dura", desaquecendo a economia e segurando a inflação. Isto até que o governo sinta novamente a necessidade de cuidar da sua popularidade com vistas à próxima eleição e o ciclo recomeça.

É necessário ter em mente, porém, algo que muitos autores parecem preferir ignorar. O fenômeno da suscetibilidade dos governos a grupos de pressão não pode ser tratado como uma excrescência que se tenha instalado nas democracias contemporâneas por descuido dos "bons cidadãos" ou má fé de alguns aproveitadores, e que possa portanto ser eventualmente removida sem deixar seqüelas. É antes um fenômeno inseparável da própria natureza da democracia moderna, com o qual estamos

5 Uma abundante bibliografia sobre o tema pode ser encontrada em Santos (1983).

condenados a conviver se quisermos viver em regimes democráticos.⁶ Olson (1982, p. 236-37), apesar dos enormes méritos de sua obra, é um dos que parecem imaginar o contrário. Parece-me contudo pouco plausível a esperança por ele manifestada do advento de uma sociedade livre dos danos causados por grupos de interesse. A condenação social das facções é compreensível numa sociedade como a democracia ateniense do século V a.C., que politicamente se resumia a, no máximo, trinta ou quarenta mil cidadãos adultos do sexo masculino, e onde virtualmente ninguém era completamente anônimo, sendo a identificação individual de cada cidadão com a polis quase inimaginável para os padrões dos dias de hoje.⁷ Hoje, em rota batida rumo àquilo que Karl Popper chamou de "sociedade abstrata",⁸ esta hipótese simplesmente não faz muito sentido.

Um outro ponto relevante a considerar em conexão com este é o de que, dentro de determinados limites, deve-se admitir a hipótese de que as pessoas podem simplesmente preferir a persistência de alguma inflação a pagar os custos de uma política de estabilidade monetária.

Hirschman (1985, p. 70), por exemplo, menciona um argumento de Simonsen (1967, p. 272-273) a respeito da inflação, baseado no axioma de Duesenberry (1949, p. 89) segundo o qual as pessoas querem sempre recuperar a melhor situação que já experimentaram. Uma peculiaridade da inflação, segundo Simonsen, é que diferentes grupos experimentam sua melhor situação em pontos diferentes no tempo (no caso hipotético de existirem apenas dois grupos, a melhor situação de um grupo coincidirá sempre com a pior do outro). Como somente a inflação pode permitir esta alternância periódica nas rendas relativas dos diversos grupos na sociedade, as pessoas podem preferir a persistência de uma inflação moderada a uma estabilidade que as afaste indefinidamente de uma renda temporariamente maior - desde que o "vale" da oscilação não seja intoleravelmente baixo.⁹

Também do ponto de vista do governo, especialmente em casos de transições democráticas, uma inflação moderada pode tornar-se desejável na medida em que ameniza conflitos distributivos cuja radicalização costuma ser inevitável durante processos de democratização. O problema é que, se persistir durante muito tempo ou agravar-se excessivamente, a inflação pode também ajudar a derrubar esta mesma

6 "Políticas de gastos respondem a um largo espectro de pressões pluralísticas que são a essência do processo democrático." (Lindberg, 1985, p. 47, tradução minha.)

7 Há no grego uma palavra - *stasis* - cuja gama de significados políticos, segundo Finley (1985, p. 60-61), engloba "partido", "partido formado com fins sediciosos", "facção", "sedição", "discórdia", "divisão", "dissenção", além de "guerra civil" ou "revolução". Abundante na literatura da época, "sua conotação geralmente é pejorativa". Para uma estimação da população ateniense de então, ver Finley (1985, p. 29-30).

8 Para Popper (1944, p. 189-191), uma sociedade é tanto mais "abstrata" (não confundir com sua célebre "sociedade aberta"), quanto menores forem os contatos pessoais entre os integrantes desta sociedade. O crescimento populacional e o avanço tecnológico contribuem nesta direção, embora Popper afirme que sociedade alguma será jamais totalmente abstrata. Em minha opinião, este processo, ao enfraquecer os vínculos afetivos das pessoas em relação à sociedade, exacerba o seu impulso para a adesão a grupos particulares dentro desta mesma sociedade, em busca de uma identidade grupal, sectária, que elas não encontram na sociedade como um todo. \blacktriangle "sociedade abstrata" tenderia, assim, a meu ver, a estimular a *stasis*.

9 Em corroboração a este ponto, Hirschman cita também a Scitovsky (1976).

democracia nascente cuja administração ela a princípio havia facilitado (Hirschman, 1985, p. 72).¹⁰

O reconhecimento da existência de circunstâncias plausíveis onde a inflação pode ser desejável corrobora a atitude de Barry (1985), que chega a desqualificar a inflação como problema relevante. Em uma crítica minuciosa das teses do ciclo econômico-eleitoral, Barry mostra o que há de excessivamente simplificador nas suposições do modelo. Além de compartilhar a tese de que a inflação pode ser menos indesejável do que parece ser aos olhos de alguns autores, Barry (1985, p. 291-297) chama atenção para o caráter um tanto óbvio dos resultados da teoria **dadas as suas suposições**. Em linhas gerais, Barry acusa a teoria do ciclo econômico-eleitoral de postular políticos que são exclusivamente caçadores de poder, dispostos a impor qualquer dano à nação desde que isto possa aumentar sua votação, além de hábeis manipuladores dos instrumentos da política econômica em busca da reeleição; por outro lado, os eleitores comportam-se como perfeitos idiotas, sem memória ou capacidade prospectiva. Com premissas como estas, afirma Barry (1985, p. 300), não é surpresa alguma que a democracia se revele um sistema vicioso.¹¹ Lindberg corrobora o ceticismo de Barry a respeito das conclusões da teoria do ciclo econômico-eleitoral quando menciona o fato de que não parece haver correlação entre, de um lado, altas taxas de inflação, tendências a déficits e produtividade declinante e, de outro, alto grau de taxaço ou de gasto público - *often quite the opposite*: quando o estado falha na regulação, o conflito transfere-se para o mercado, onde pode alimentar o cabo-de-guerra inflacionário (Lindberg, 1985, p. 47-48).¹²

Ao final de seu artigo, porém, Barry concede que a democracia do *welfare state* tal como existe hoje, e que se estabeleceu sob o manto da hegemonia keynesiana na ciência econômica, possui efetivamente características propícias ao surgimento da inflação. Só que ele simplesmente descarta este fato como um problema importante: a inflação moderada que comumente se observa na Europa e nos Estados Unidos é perfeitamente útil à administração do conflito distributivo, e não haveria razão, segundo Barry, para nenhuma histeria antiinflacionária. A única razão pela qual a inflação é importante, para Barry, é que ela permite uma certa mobilização em torno de propostas que em tempos mais calmos seriam largamente reconhecidas como reacionárias (Barry, 1985, p. 315-317).¹³

10 Hirschman ilustra a tese com o caso da inflação espanhola em 1977. Em Barry (1985, p. 288) encontra-se uma tese semelhante.

11 Para qualificações ao retrato simplificador dos políticos frequentemente traçado, Barry (1985, p. 301, n. 41) menciona Putnam (1973), um minucioso estudo empírico sobre as atitudes básicas dos políticos de dois países bastante diferentes um do outro (Grã-Bretanha e Itália). Um traço saliente do comportamento dos políticos, segundo Barry e também Putnam, é a preocupação com a reputação e com seu "lugar na História", ainda que esta preocupação seja motivada apenas por vaidade. Ver também, a respeito, Putnam (1971).

12 Lindberg cita, a respeito (p. 48, n. 37), Panic (1978).

13 Barry (p. 317) ironiza aqueles que, comprometidos primariamente com a idéia do livre funcionamento do mercado, se vêem diante do problema de obter uma aprovação democrática da população para que se mantenham perpetuamente de mãos atadas a governos eleitos também democraticamente. Não é à toa, segundo ele, que países autoritários como Hong Kong, Taiwan e Coréia do Sul se tornam freqüentemente as "meninas dos olhos" de tais economistas.

2 INFLAÇÃO ACELERADA E FRAGILIDADE INSTITUCIONAL

Apesar de minha simpatia à posição que Barry assume em relação às teses do ciclo econômico-eleitoral, é preciso estar atento ao fato de que ele se reporta sempre a países que estão lidando com inflações que atingiram no máximo a casa dos 10% ao ano. Quando passamos a tratar de inflações com taxas percentuais anuais que gravitam na casa das centenas, a situação muda completamente. Passa a haver um efeito concentrador de renda que não depende mais de mudanças nos preços relativos, mas simplesmente do fato de que algumas pessoas (as mais ricas) têm acesso privilegiado a diversos meios de proteger seus ativos financeiros da corrosão inflacionária, em detrimento dos mais pobres.¹⁴ Além disso há um forte desincentivo ao investimento produtivo, pois torna-se impossível qualquer cálculo seguro das taxas de retorno.

Conforme foi visto acima, este tipo de inflação nunca foi observado em democracias institucionalmente estáveis, e esta determinação política de processos inflacionários crônicos com taxas elevadas vem sendo crescentemente ventilada na literatura. Resta ver, portanto, por que afinal a taxa de inflação escapa ao controle do governo nesses casos e não em países política e institucionalmente estáveis.

2.1 Huntington e o "grau" de governo

Pelo menos desde a publicação de *"Parlamento e governo numa Alemanha Reconstruída"*, (Weber, 1918), os problemas relacionados à baixa institucionalização da vida política de um país se converteram em um dos temas clássicos da Ciência Política. O próprio Weber já apontava, no estudo citado, alguns dos principais efeitos deste quadro de baixa institucionalização: "política negativa" da parte do parlamento, ingerência da burocracia sobre a esfera das decisões políticas do governo etc.

Sem querer questionar a acuidade e o valor dos *insights* de Weber em seu ensaio, creio porém que foi Huntington (1968) quem mais longe levou a análise dos problemas associados à baixa institucionalização política. Adotando uma postura realista, Huntington estabelece como seu problema não o **tipo** de governo - e nisso difere não só de Weber, mas também de Dahl (1971), por exemplo - mas o **grau** de governo.¹⁵ Associando o problema do grau de governo ao nível de institucionalização da vida política de uma sociedade, Huntington faz uma contribuição valiosa ao estudo das

14 Em frase recente do ex-ministro e atual deputado federal Delfim Netto: *"O que financia o déficit público é a queda dos salários reais."* (Entrevista à TV Cultura de São Paulo, dia 11 de novembro de 1991.)

15 É importante ter em mente que a idéia a que Huntington se refere, quando fala em grau de governo, não necessariamente coincide com grau de autoritarismo, refletindo, sim, a eficácia das ações de um governo em seu propósito de governar um país. Para Huntington, *"as diferenças entre democracia e ditadura são menores que as existentes entre os países cuja política compreende consenso, comunidade, legitimidade, organização, eficiência, estabilidade e os países cuja política é deficiente nessas qualidades"* (Huntington, 1968, p. 13). Ou seja, o grau de governo é alto quando o governo governa. Já Dahl (1971), por seu turno, está ocupado eminentemente com problemas relacionados ao tipo de governo: basicamente, os países se dividem entre democráticos ou não, e o esforço se dirige para investigar as condições de possibilidade da emergência de uma democracia.

condições de governabilidade, especialmente daqueles países que atravessaram recentemente processos de modernização acelerada, nos quais em geral se observou grande instabilidade política, que frequentemente resultou em golpes militares. Rejeitando a possibilidade de explicação do fenômeno dos frequentes golpes militares por meio da imputação de supostas características peculiares aos militares deste ou daquele país, Huntington concentrou sua atenção na fragilidade institucional dos países em processo de modernização. Ele estendeu o conceito de "pretorianismo" (usualmente referido estritamente à intervenção dos militares na política) à caracterização da sociedade como um todo, pretendendo, com o conceito de "sociedade pretoriana", caracterizar sociedades onde não existem *"instituições políticas efetivas, capazes de mediar, refinar e moderar a ação política dos grupos"* (Huntington, 1968, p. 208). Como conseqüência, tem-se uma situação onde aparentemente observa-se um alto grau de politização de todos os grupos sociais, reflexo da intervenção conflituosa e desastrosa dos mais diversos grupos sociais na arena política, mas que é fruto, porém, não propriamente daquilo que no Brasil se costuma chamar de "politização" dos grupos (alto grau de informação política, ou orientação político-ideológica mais ou menos nítida ou sofisticada), mas da inexistência pura e simples de *"acordo entre os grupos quanto aos métodos legítimos e conclusivos de dirimir os conflitos"* (*idem, ibidem*).¹⁶

Ao contrário do que poderia parecer à primeira vista, o pretorianismo de Huntington, com sua ênfase sobre a instabilidade institucional, não encontra correspondência exata no modelo "bidimensional" da poliarquia de Dahl. Digo bidimensional, porque Dahl define seu conceito de poliarquia por meio de dois vetores: a contestação pública ("liberalização") e o direito à participação ("inclusão"). Ele chega a representar seu esquema por meio de um diagrama bidimensional onde a poliarquia está situada no extremo que corresponde à máxima liberalização e à máxima inclusão. No extremo oposto estariam as hegemônias fechadas, com nenhuma liberalização e nenhuma inclusão das massas. As "trajetórias" por meio das quais diferentes países tenham logrado alcançar um estado poliárquico ou quase-poliárquico a partir de um estado original de hegemonia fechada condicionarão as possibilidades de sucesso de cada poliarquia (Dahl, 1971, esp. p. 5-9). Assim, o problema em Dahl não é tanto a estabilidade/instabilidade (em suma, a famosa "governabilidade"), mas antes os processos de **democratização**. Com vistas à compatibilização das duas abordagens, ainda pode-se afirmar que o vetor da "liberalização", por medir a existência de contestação e competição política, supõe a existência de regras políticas acatadas de forma mais ou menos consensual e, portanto, algum grau de institucionalização do sistema político nos termos de Huntington. Não obstante, parece-

16 Há um trecho famoso e frequentemente citado que é sem dúvida a mais eloqüente descrição que Huntington (1968, p. 208-209) faz da sociedade pretoriana:

"Numa sociedade pretoriana [...] cada grupo utiliza os meios que refletem sua natureza peculiar e suas capacidades. Os ricos subornam; os estudantes se amotinam; os operários fazem greve; as massas promovem manifestações e os militares efetuam golpes. Na ausência de procedimentos reconhecidos, todas essas formas de ação direta são encontradas no cenário político. As técnicas de intervenção militar são apenas mais dramáticas e eficientes que as outras porque, como diz Hobbes: 'Quando nada mais se apresenta, o trunfo é paus'.

"A ausência de instituições políticas efetivas numa sociedade pretoriana significa que o poder é fragmentado: manifesta-se de muitas formas e em pequenas quantidades. A autoridade sobre o sistema em seu todo é transitória e a fraqueza das instituições políticas significa que a autoridade e o cargo com facilidade se adquirem e se perdem. Por conseguinte, não há incentivo para que um líder ou um grupo faça concessões importantes em busca de autoridade."

me claro que os dois autores trabalham com problemas diferentes, estando o esforço de Dahl voltado sobretudo para o problema do **tipo** de governo, contrariamente a Huntington, atento para o "grau de governo" dos diversos países. Para os fins do presente trabalho, interessaria fundamentalmente aquilo que em Dahl está representado no vetor da "liberalização", e que é mais amplamente desenvolvido em Huntington.

Na verdade, porém, o problema institucional tem história muito mais longa na teoria política do que faria supor a menção exclusiva a autores do século XX, como Weber, Huntington e Dahl. Ele constitui, por exemplo, o objeto central da obra de um gigante como Hobbes, valendo a pena tecer algumas considerações em torno deste ponto. Menciono Hobbes porque entendo que sua caracterização do "estado de natureza" levada a cabo no *Leviatã* (Hobbes, 1651) pode ser considerada o extremo negativo de um *continuum* hipotético que comportasse variados graus de institucionalização: o estado de natureza hobbesiano corresponderia a um caso ideal de sociedade "não-institucional", enquanto que no outro extremo do *continuum* estaria a sociedade "perfeitamente institucionalizada" (igualmente imaginária), onde todos os conflitos encontrassem encaminhamento institucional, ao ponto de a própria mudança institucional se dar por meios institucionais.

No *Leviatã*, o traço básico do estado de natureza consiste na percepção de que, na ausência de regras que os obriguem à cooperação e à preservação da ordem, os homens se vêem diante de uma situação idêntica àquela que na teoria dos jogos ficou conhecida como o "dilema do prisioneiro": mesmo que prefiram a cooperação universal, todos são obrigados a agir egoisticamente, uma vez que não têm como se certificar de que o outro pretende cooperar; e - uma vez que não há sanções - mesmo se todos os demais cooperarem, cada um pode se beneficiar ao adotar sozinho uma estratégia egoísta.¹⁷

No caso do estado de natureza hobbesiano, este cálculo redundava na famosa "guerra de todos contra todos", pois todos os indivíduos se vêem diante do imperativo de "atacar primeiro", uma vez que cada um deles sabe que nada há que possa impedir o outro de tentar o mesmo contra ele.

17 Na teoria dos jogos, cada ator se depara com uma situação em que tem de escolher entre cooperar ("C") ou não ("D"), e cada jogo é definido pela estrutura de preferências dos atores pelos quatro resultados possíveis. O "dilema do prisioneiro" é um jogo no qual a estrutura de preferências dos atores é a seguinte: 1) a situação preferida por cada um dos jogadores é conhecida por "carona" (*free-rider*), pois é aquela em que todos cooperam menos "eu" (DC); 2) em segundo lugar os atores desejam a cooperação universal (CC); 3) em terceiro lugar, o egoísmo universal (DD); 4) e, por último, a situação em que só "eu" adoto uma conduta cooperativa enquanto todos os demais adotam condutas egoístas (CD). Dada esta estrutura de preferências, o resultado de equilíbrio do dilema do prisioneiro é o egoísmo universal (DD), pois a estratégia "D" é a "minha" melhor independentemente do que os outros façam. É um equilíbrio sub-ótimo, pois existe um estado alternativo - a cooperação universal (CC) - que melhoraria o resultado de todos, sem piorar o de ninguém. Apesar disso, a cooperação universal é um estado inalcançável pela agregação de estratégias individuais racionais: pois, partindo-se de uma situação de egoísmo universal (DD), ninguém estará estimulado a mudar unilateralmente sua estratégia para "C", sob pena de ver-se diante do pior resultado possível (CD). Pior ainda, mesmo que a cooperação universal seja eventualmente atingida, ela se revelará uma situação individualmente instável, pois cada um poderá melhorar individualmente sua situação se mudar sua estratégia para "D", tentando pegar "carona" na cooperação dos demais. Um eventual estado de cooperação universal, portanto, tende naturalmente a se degenerar no egoísmo universal, dadas as preferências dos atores envolvidos em um dilema do prisioneiro.

Numa sociedade pretoriana eu diria que temos uma *proxy* moderna do estado de natureza hobbesiano, e que os dilemas com que se defrontam os homens podem ser considerados semelhantes em ambas as situações, embora seja evidente que o conceito de sociedade pretoriana já se refere a sociedades onde existe um razoável grau de institucionalização. Exatamente por isso é que - sendo a sociedade pretoriana um caso de institucionalização incipiente e, portanto, um caso intermediário entre a plena institucionalização e o estado de natureza - se pode utilizar o estado de natureza como um parâmetro extremo das características da sociedade pretoriana. Assim, pode-se esperar que na sociedade pretoriana os diversos grupos sejam compelidos a se comportarem mais agressivamente uns em relação aos outros do que numa sociedade mais institucionalizada, pois têm menos motivos para esperar que seus adversários se mostrem cooperativos. Numa sociedade institucionalizada, o estado é eficaz em constranger os cidadãos a manterem a ordem, ainda que através de uma solução diferente daquela imaginada por Hobbes. Os próprios grupos, em sociedades pretorianas, serão provavelmente mais instáveis, pois os atores das diversas coalizões estarão agindo sobre cenários mais fluidos e incertos do que seria o caso em outra circunstância. Toma-se claro, com este pequeno esboço, que aquilo que Huntington chama de grau de governo é um dos problemas mais antigos da tradição da teoria política moderna, e que a relevância desta variável não pode ser posta em dúvida.¹⁸

2.2 Pretorianismo e inflação: o conflito distributivo não-regulado

O ponto de partida fundamental da minha tentativa de buscar as afinidades básicas entre sociedades pretorianas e processos inflacionários crônicos consiste na afirmação de que o conflito distributivo, em qualquer país, configura um exemplo de dilema do prisioneiro.¹⁹ Para qualquer grupo envolvido em disputa pela apropriação da maior parcela possível da renda nacional, o melhor seria que os demais grupos se mostrassem cooperativos e generosos enquanto ele próprio atuasse de maneira reivindicante e agressiva. A pior situação, ao contrário, seria aquela em que todos se mostrassem agressivos na luta pela apropriação da maior parcela possível do produto, ao passo que ele se mantivesse tímido e cooperativo. O conflito distributivo só não descamba para a animosidade aberta, sendo possível ainda se ouvirem exortações de parte a parte pela cooperação, porque não se trata de um jogo de soma zero (o que faz com que a cooperação universal seja preferível ao egoísmo universal), uma vez que o comportamento generalizadamente agressivo pode ter efeitos negativos sobre o "tamanho do bolo", comprometendo no limite a "fatia" de cada um.

Na verdade, esta caracterização do conflito distributivo como um dilema do prisioneiro é a principal tese subjacente ao livro *The rise and decline of nations* (Olson,

18 Observe-se que o diagnóstico da "guerra de todos contra todos" não supõe que os homens sejam "maus", contrariamente ao que está implícito em muitas análises superficiais, tanto da teoria de Hobbes, quanto da inflação brasileira.

19 Talvez seja oportuno esclarecer que quando me refiro a "conflito distributivo" não penso exclusivamente no conflito entre capital e trabalho em torno da determinação de lucros e salários, como espero que já tenha ficado claro. "Conflito distributivo", no sentido em que o conceito é usado no presente trabalho, engloba qualquer disputa entre grupos ou setores da economia em torno da apropriação da maior parcela possível da renda nacional. Entre estes setores deve-se incluir também o estado, de modo que, quando relaciono a inflação ao conflito distributivo, não excluo de saída as teorias mais ortodoxas da inflação, baseadas no déficit público e nas diversas formas de seu financiamento.

1982). Tendo quase duas décadas antes diagnosticado o dilema do prisioneiro com que se defronta o potencial integrante de um grupo de interesse,²⁰ Olson estende ali sua análise sobre a própria conduta dos grupos ("coalizões distributivas") uma vez constituídos e configura de maneira parecida a interação entre eles. Também para os integrantes das coalizões distributivas existe uma meta que é compartilhada por todos: o contínuo crescimento do "bolo" da renda nacional, que dependeria da manutenção da concorrência e, portanto, de um comportamento cooperativo das coalizões distributivas, que deveriam deixar de pleitear a proteção de suas "fatias" do bolo pela legislação.²¹ Não obstante, esta meta é individualmente inatingível e individualmente instável: se todas as organizações estiverem atuando predatoriamente, pretender atuar isoladamente de maneira cooperativa seria suicídio; se, por outro lado, todas estiverem cooperando, a organização que resolvesse ser agressiva poderia auferir lucros extraordinários. Assim, entre aumentar o bolo ou aumentar a sua fatia do bolo (mesmo que para isto tenha de diminuir o tamanho do próprio bolo), as organizações tendem a adotar a segunda alternativa. Pois, para aumentar o bolo (a renda nacional), a organização enfrenta, perante toda a sociedade, o mesmo dilema da ação coletiva que um indivíduo perante a própria organização. Assim, uma organização escolherá sempre um comportamento que aumente a fatia de seus clientes, mesmo que às expensas do próprio produto global da sociedade, até o ponto no qual a perda em que cada um dos seus clientes incorre como membro da sociedade **em virtude exclusivamente da atuação da organização** seja maior que o ganho oferecido a eles pela mesma organização (Olson, 1982, p. 42-44). Em termos empíricos, somente em circunstâncias muito especiais, em que um só grupo ou coalizão possua o monopólio da representação de um setor de importância central

20 Muito rapidamente, o argumento pode ser exposto como se segue. A todos os membros de um "grupo latente" interessa que o grupo seja constituído para atuar em defesa de seus interesses. Contudo, cada um destes membros preferiria que outros membros que não ele próprio assumissem os encargos relativos à constituição e atuação do grupo, de modo que ele próprio pudesse pegar carona no trabalho dos outros e se beneficiar da atuação do grupo sem ter que ele próprio se mobilizar. O resultado, segundo Olson (1965, p. 48-52), é que normalmente esses grupos de interesse não serão formados a não ser que sejam oferecidos "incentivos seletivos" aos membros participantes.

21 Está admitida explicitamente na análise de Olson (1982, p. 216) a suposição de que uma economia sem grupos de interesse se comportaria de maneira muito parecida com o que está descrito nos manuais monetaristas de macroeconomia. Esta está longe de ser, contudo, uma posição consensual entre os estudiosos do assunto. Lindberg (1985, p. 30), por exemplo, associa a transformação do mercado liberal num mercado organizado e politizado a uma reação defensiva dos agentes à **instabilidade** do mercado. Para Olson, provavelmente, a organização de grupos de interesse e *lobbies* tenderia a emergir independentemente da percepção de qualquer instabilidade no mercado, bastando para tanto a constatação de que determinados interesses coletivos privados poderiam ser melhor atendidos através de uma atuação organizada, e que incentivos seletivos garantissem a transformação de grupos latentes em coalizões distributivas, abrindo assim a cada membro de grupo de interesse a possibilidade de apropriação de uma fatia maior do produto global da economia. De qualquer maneira, esta mesma hipótese demonstra a irrealidade e o caráter um tanto estéril em termos práticos da posição de Olson de que um mercado sem grupos de pressão funcionaria mais eficientemente: um mercado assim simplesmente não existirá jamais, uma vez que o poder coercitivo exclusivo do estado tem de continuar existindo - até para a garantia do processo de trocas sob a égide do mercado - e sua mera existência estimula a formação de *lobbies*. E quanto mais *lobbies* houver, mais grupos serão obrigados a formar o seu próprio *lobby*, para não se tornarem as principais vítimas do processo. Como já foi visto, trata-se de um dilema do prisioneiro, onde todos estariam melhor sem *lobbies*, mas ao mesmo tempo todos são obrigados a se defender dos *lobbies* dos outros com o seu próprio *lobby*.

na economia. Mesmo no caso, porém, de se considerar a hipótese de que as lideranças nacionais operárias e patronais - em vista dos riscos envolvidos (que, no caso de sociedades pretorianas, podem chegar ao risco de uma ruptura institucional) - adotem uma postura cautelosa e moderada, deve-se ter em mente que estas organizações nacionais são compostas por um sem número de organizações locais e regionais, e que está aberta a estas bases - especialmente as locais - a possibilidade de atuarem como "caronas": sabendo que sozinho ele não influirá na estabilidade econômica do país, um sindicato local (assim como o dono de uma fábrica isolada) pode se permitir ser intransigente, deixando para terceiros o ônus da moderação. Neste caso, a variável crucial seria a capacidade das lideranças de fazer cumprir nas bases o que se acertou na cúpula (capacidade esta que, não por coincidência, tende a ser relativamente reduzida em sociedades como as que nos interessam, com precária institucionalização da vida política). Portanto - em circunstâncias normais - podemos supor que nenhuma organização sozinha tem capacidade de influir tão negativamente na renda nacional quanto de influir positivamente na renda de seus clientes.

O ponto a que quero chegar, ao cabo, é a afirmação de que o processo inflacionário crônico comumente observado em sociedades pretorianas corresponde precisamente ao equilíbrio subótimo resultante do dilema do prisioneiro com que se defrontam os grupos participantes do conflito distributivo. A inflação é mais violenta e perversa em sociedades pretorianas simplesmente porque estas sociedades, por definição, possuem reduzido "grau de governo", isto é, a precariedade de suas instituições políticas não permite que o poder público seja plenamente bem-sucedido em sua tarefa de forçar os atores à cooperação.

Uma das principais demonstrações em favor da caracterização da inflação como o resultado de um dilema do prisioneiro é dado pelas dificuldades que Hirschman enfrenta por **recusar** precipitadamente esta caracterização, sob uma argumentação rápida que dá a entender que ele não se dá conta da correspondência entre, por exemplo, a obra de um Olson e o dilema do prisioneiro. Inicialmente, ele se pergunta por que os agentes desencadeiam um processo de resultado incerto, já que a inflação só assegura um ganho transitório, que será rapidamente anulado quando os demais atores do conflito distributivo reajustarem seus preços (Hirschman, 1985, p. 67)? Em seguida, tendo descartado sumariamente o recurso ao dilema do prisioneiro (p. 69), Hirschman se vê às voltas com uma série de explicações esdrúxulas para o fenômeno como, por exemplo, a imputação de ingenuidade ou de prazer no conflito em si mesmo aos agentes do processo (p. 71). Para o próprio Hirschman, a suposição de ingenuidade só pode ser uma explicação plausível quando não tem havido inflação séria há algum tempo. Mas este apenas raramente é o caso, pelo menos na América Latina - o que o deixa sozinho com a hipótese pouco convincente da má vontade dos atores. O fato é que a decisão de Hirschman - de não levar em consideração o dilema do prisioneiro - acaba se constituindo numa sugestiva corroboração de sua utilidade na compreensão da inflação: sem ele a inflação fica simplesmente incompreensível do ponto de vista do comportamento dos atores, levando Hirschman a forçar explicações implausíveis, como amor ao conflito per se, demonstrações de força etc., que, mesmo que eventualmente procedentes, não podem ter pretensão teórica, pois não são, em hipótese alguma, generalizáveis. Se a inflação se reduzisse a traços como estes, a política da exortação à qual Barry (1985, p. 297) ironicamente se refere teria mais chance de funcionar, e os pactos sociais seriam bem mais simples - bastando, para seu sucesso, contar com a boa fé dos participantes.²²

22 Esta opinião é abertamente confirmada por uma frase do próprio Hirschman (1985, p. 73, tradução minha): *"Os dois tipos aparentemente opostos de comportamento inflacionário convergem assim em um - a extremada resistência a encontros e acordos cooperativos por parte dos grupos sociais."*

Se a inflação, portanto, pode ser interpretada como o resultado de um dilema do prisioneiro no qual se encontra imersa a sociedade no que diz respeito à repartição da renda, então cumpre contemplar as possibilidades teóricas que a literatura oferece para a superação do dilema do prisioneiro e a emergência espontânea de soluções cooperativas. Nesse sentido, as contribuições cruciais são as obras de Taylor (1976, 1987) e, especialmente, de Axelrod (1984). Infelizmente, é preciso reconhecer que as soluções por eles descobertas supõem algumas condições um tanto restritivas, do ponto de vista das sociedades pretorianas.

Para começar, ambas são baseadas na reiteração indefinida do jogo, que pode fazer com que os atores sejam induzidos à cooperação por medo da retaliação de seu adversário: se tenho motivos para esperar que meu oponente se comporte da mesma maneira que eu, então pode ser racional cooperar, se eu valorizar suficientemente meus resultados futuros. Numa sociedade pretoriana, porém, as regras não são estáveis, o que abre espaço à expectativa de que o jogo seja interrompido a qualquer momento. Se os atores considerarem plausível esta possibilidade, todos serão induzidos a abandonar a estratégia cooperativa antes que seu oponente o faça, já que existe a possibilidade de a retaliação ser impossibilitada pela interrupção abrupta do jogo.

Uma segunda condição necessária à possibilidade de emergência de soluções cooperativas para o dilema do prisioneiro é uma taxa de desconto suficientemente baixa na preferência temporal dos atores, de forma a permitir que eles abram mão da possibilidade de um ganho imediato que seria propiciado pelo abandono da estratégia cooperativa, em nome de se evitar um equilíbrio pior no futuro. Também no que diz respeito a este ponto a sociedade pretoriana se sai pior do que uma sociedade institucionalizada: quanto maior for a fragilidade institucional de um país, maior será a taxa de desconto nas preferências temporais dos atores, pelo simples motivo de que estes estarão imersos em um maior grau de incerteza quanto ao futuro. Numa sociedade pretoriana, portanto, há uma tendência relativamente alta a se privilegiarem os ganhos de curto prazo.

Além disso, quaisquer que sejam as circunstâncias (ou seja, independentemente da taxa de desconto na preferência temporal dos atores e do número de reiterações do jogo), a generalização da estratégia da não-cooperação incondicional permanece sempre como uma possibilidade de comportamento estável a longo prazo, uma vez alcançada. Isto porque as soluções cooperativas dependem sempre de que o estado inicial seja cooperativo, ou então da possibilidade remota de que uma população em equilíbrio não-cooperativo seja "invadida" (nos termos de Axelrod) por um *cluster* internamente cooperativo, que mantenha pouco contato com a população majoritária (não-cooperativa), e que nestes poucos contatos se disponha a adotar uma política de retaliação (*tit-for-tat*) em relação aos não-cooperativos.²³

Tendo os resultados de Axelrod e de Taylor em vista, pode-se dizer que Hirschman novamente corrobora inadvertidamente minha interpretação da inflação - relacionada a um dilema do prisioneiro - ao afirmar a tese de que uma alta taxa de desconto nas preferências temporais dos agentes (somada a um certo grau de amor ao risco) é inflacionária (Hirschman, 1985, p. 69-70). Ele porém afirma que são raras as pessoas ao mesmo tempo *risk-lovers* e mais atentas ao curto prazo: pessoas de baixa renda teriam horizontes de curto prazo, mas seriam avessas ao risco; já as elites poderiam estar

23 Para uma exposição sucinta dos resultados de Taylor e de Axelrod, ver Zagare (1984, p. 58-62).

dispostas a assumir riscos, mas teriam largo horizonte temporal. Discordo de Hirschman aqui quanto a dois pontos.

Em primeiro lugar, uma pessoa não tem de ser propensa a correr riscos para adotar um comportamento que contribua com a inflação, muito pelo contrário: Hirschman faz esta associação indevida porque descartou equivocadamente a caracterização da inflação como o resultado de um dilema do prisioneiro, deixando assim de perceber que a estratégia inflacionária, longe de estar associada com a propensão a correr riscos, é fruto de uma opção dos agentes pela própria segurança individual.

Em segundo lugar, minha hipótese - de que, numa sociedade pretoriana, a taxa de desconto das preferências temporais é especialmente elevada - vale para **todos** os agentes, inclusive (e, talvez, particularmente, por serem melhor informadas) as elites. Afirimo, portanto, que a postulação usual de que as elites, mais do que outras camadas sociais, tendem a levar em consideração ponderações de longo prazo em suas decisões **não se aplica a sociedades pretorianas**, de vida política precariamente institucionalizada.²⁴ Isto porque - conforme já foi dito - nestas sociedades a mudança das regras é uma possibilidade sempre aberta (com ou sem golpes de estado), o que torna racional a opção de acumular tanto quanto for possível agora, e tentar impedir seu oponente de recuperar suas perdas depois. Até porque, se não toma a iniciativa, cada agente corre o risco de se tornar a vítima passiva do processo - este sim, um risco ponderável. Assim sendo, mesmo os grupos avessos ao risco serão compelidos a um comportamento agressivo.

Caracterizada, portanto, a inflação como o equilíbrio subótimo resultante do dilema do prisioneiro configurado pelo conflito distributivo, e constatada a implausibilidade - nas circunstâncias que caracterizam as sociedades pretorianas - das condições requeridas pela literatura para a emergência de uma solução cooperativa espontânea para o dilema do prisioneiro, então a inflação nas sociedades pretorianas passa a ser um problema cuja solução duradoura passa inevitavelmente pelo "problema constitucional" da consolidação das instituições políticas nacionais.²⁵ A alternativa - necessariamente de curto prazo, e de efeitos altamente nefastos - ou é o instrumento coercitivo do congelamento de preços (que faz aumentar ainda mais o grau de incerteza em que opera o sistema), ou uma recessão de efeitos avassaladores sobre a economia e

24 Em corroboração a este ponto, evoco as constantes reclamações na literatura - tanto a acadêmica quanto a jornalística - acerca do comportamento "predatório" das elites brasileiras. A caracterização do Brasil como um caso de sociedade pretoriana é um dos assuntos da próxima seção.

25 A distinção entre os níveis constitucional e operacional da vida política é elaborada em Buchanan, Tullock (1962). Uma utilização destas categorias com vistas ao caso brasileiro encontra-se em Reis (1976). Em outro trabalho do mesmo autor (Reis, 1989, p. 162-167) encontra-se uma exposição acerca do problema constitucional acarretado pela penetração do capitalismo em sociedades tradicionais: a progressiva expansão do princípio igualitário das relações mercantis em uma sociedade hierarquicamente segmentada traz consigo para a agenda pública não apenas o tema da democracia política mas também o tema da democracia social, muito embora o próprio capitalismo esteja apoiado sobre desigualdades de classes que lhe são inerentes (o que torna certamente conflituosa e instável a convivência entre capitalismo e democracia). Este argumento é tremendamente sugestivo para os propósitos do presente trabalho, uma vez que relaciona diretamente a dinâmica mercantil do conflito distributivo ao processo de construção e transformação político-institucional das sociedades, bem como às vicissitudes deste processo. O "pretorianismo" de Huntington consiste justamente nas idas e vindas típicas da vida política de sociedades que se vêem às voltas com um problema constitucional não resolvido (Reis, 1989, p. 165).

os planos de vida das pessoas,²⁶ ou então - numa perspectiva temporal um tanto mais longa, mas também certamente temporária - a repressão pura e simples à atuação de alguns ou todos os grupos atuantes no conflito distributivo.²⁷

Portanto, uma vez instalado um processo inflacionário crônico em uma sociedade pretoriana, ele somente será revertido politicamente - isto é, mediante a percepção pelos atores cruciais de que estão todos perdendo com a persistência da inflação e sua conseqüente decisão de colaborar para a sua superação (analiticamente, esta situação equivale à transformação das preferências dos atores de modo tal que o dilema do prisioneiro em que estavam imersos se transforme num "jogo da garantia";²⁸ e isto só é possível mediante alguma alteração objetiva do contexto). Uma hipótese plausível para a emergência desta propensão supõe que ela só emerge após a "catástrofe" - guerras, sublevações sangrentas, ruína econômica, a própria hiperinflação etc., diante das quais os atores podem ver-se dispostos a colaborar com o processo de construção institucional estável para evitar a repetição do trauma do "mal maior". Esta hipótese encontra corroboração, por exemplo, no fato de que somente depois do trauma da Segunda Guerra Mundial os países da Europa Continental encontraram o caminho da estabilidade democrática. A mesma hipótese subjaz o raciocínio dos muitos que já pensam que só depois que a hiperinflação realmente chegar é que será possível ao Brasil estabilizar sua economia.

E assim chegamos ao Brasil.

2.3 O caso da inflação brasileira desde 1980

Escudados no fato de que não há, no momento, "tanques na rua", e tampouco, aparentemente, disposição para quarteladas no interior das Forças Armadas,

26 Falo de "planos de vida" pensando em Fishkin (1979) e, portanto pensando na opção recessiva, dependendo da intensidade da recessão necessária, como altamente "tirânica", eventualmente mais tirânica que o congelamento de preços. Isto porque Fishkin define uma política como tirânica a partir dos efeitos nefastos que ela venha a ter sobre os "planos de vida" da população.

27 Barry (1985, p. 297) enumera, com sarcasmo, as três alternativas disponíveis a um governo que queira acabar com a inflação: recessão, corporativismo ou exortação. Ele é cético quanto à eficácia de qualquer uma delas, e observa que a exortação é a que com maior frequência é adotada pelos governos. Para ele, soluções neocorporativas têm produzido bons resultados em países como Holanda e Áustria, o que está longe de assegurar sua viabilidade em países como os Estados Unidos ou mesmo a Grã-Bretanha (Barry, 1985, p. 296-297). Já Lindberg (1985, p. 30), por outro lado, parece menos pessimista quanto às possibilidades de que um "sistema de relações industriais corporativas", além de uma política de rendas, possa ter sucesso em deter a inflação. O otimismo de Lindberg com relação às chances de sucesso de um sistema corporativo de organização e representação das relações industriais corrobora minha conclusão de que a solução para a inflação é um problema de natureza político-institucional. O problema com a posição de Barry é que ele simplesmente renuncia à solução da inflação, atitude que é possibilitada pelo fato de que ele não reconhece nela um problema grave - opinião talvez aceitável hoje em alguns países da Europa e nos Estados Unidos, mas seguramente não no Brasil, por exemplo.

28 O "jogo da garantia" (*assurance game*) difere do dilema do prisioneiro apenas no que se refere à ordem das duas situações preferidas pelos atores. Assim, enquanto no dilema do prisioneiro $DC > CC > DD > CD$, no jogo da garantia $CC > DC > DD > CD$. O resultado é que o jogo da garantia apresenta dois pontos de equilíbrio (DD e CC), mas apenas um deles estável - a cooperação universal (CC).

alguns talvez queiram negar acuidade à caracterização da sociedade brasileira como "pretoriana". Entendo, todavia, que tal negação seria prematura num contexto como o brasileiro, independentemente da atual disposição dos militares para intervirem violentamente no processo político. Afinal, temos em vigor uma constituição que mal completou meia década, e, não obstante, hoje há poucos assuntos tão insistentemente inseridos na agenda política brasileira quanto à necessidade de reformas na constituição. Praticamente não existem no Brasil instituições decisórias ou administrativas cujos procedimentos ou atribuições não sejam objeto de disputa. Assim, pode-se afirmar com segurança que nossa famosa "crise de governabilidade" - tão freqüentemente propalada na imprensa e lamentada pelos sucessivos governos federais - reside muito menos no teor da legislação em vigor que em sua instabilidade intrínseca, que faz com que o sistema legal seja, em boa medida, **inócuo**, incapaz de afetar, para o bem ou para o mal, a dinâmica viciosa da vida política brasileira. E este é o traço fundamental do pretorianismo, tal como definido por Huntington. É este o principal sintoma daquilo que ele chama de baixo "grau de governo" (que, diga-se de passagem, não tem nada a ver com o tamanho do estado).

A propósito desta caracterização do Brasil como um caso de sociedade pretoriana *à la* Huntington, talvez seja sugestivo um breve exercício de reflexão sobre o caso brasileiro à luz de uma tipologia elaborada por Lindberg (1985, p. 38-39) de três diferentes configurações de respostas à inflação. Os três grupos de países são:

- 1) países de "confrontação aberta e desestruturada" (Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, Austrália, Itália);
- 2) países de "confrontação suave e barganha estruturada" (Alemanha Ocidental, Áustria, Suécia, Noruega, Dinamarca, Holanda);
- 3) países de "gerenciamento estatal ou controlado" (França até 1979, Japão).

Antes de mais nada, impressiona - aos olhos do Terceiro Mundo em geral, e mesmo do Brasil somente - que Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, Austrália e Itália sejam casos de confronto distributivo aberto e **desestruturado**. Vê-se que a tipologia não contempla a hipótese de inclusão dos países subdesenvolvidos, que só podem, portanto, formar um grupo à parte. Além disso, um caso como o do Brasil - talvez o "pior dos mundos" - mistura características deste grupo com as do grupo estatista (na classificação de Lindberg, casos da França e do Japão): temos um estado que tenta regular praticamente tudo na economia, mas que simplesmente não consegue regular, não consegue fazer com que suas determinações sejam sequer cumpridas, que dirá fazer com que sejam eficazes. O interesse desta observação aqui é que ela se casa esplendidamente com a caracterização que Huntington faz das sociedades pretorianas como sociedades com baixo "grau de governo".

Uma objeção mais forte, contudo, pode ser formulada: a caracterização do Brasil como pretoriano tem de se aplicar a épocas em que a inflação, embora existisse, esteve sempre abaixo dos índices apresentados na década dos 80. Por que teria ela escapado ao controle agora e não antes?

Para tentar responder a essa questão cabe, em primeiro lugar, uma ressalva: a interpretação aqui esboçada em torno das afinidades entre precariedade institucional e inflação crônica não pretende, absolutamente, elaborar uma nova "teoria da inflação", em substituição às teorias econômicas existentes sobre o tema. Embora encontre **também** determinações políticas, a inflação continua sendo um fenômeno acima de tudo econômico, e até, mais especificamente, monetário. Assim, o conhecimento

disponível acerca do assunto na literatura econômica contemporânea deverá constituir-se não no "inimigo" a ser refutado, mas na principal fonte e campo de testes da tese, que terá de ser necessariamente compatível com a literatura econômica se quiser atingir seus objetivos. Assim, a taxa de inflação encontra também determinações outras que escapam ao âmbito da investigação aqui proposta. O que, sim, se afirma aqui é que, **uma vez instalado um processo inflacionário crônico numa sociedade pretoriana, este processo se mostrará particularmente resistente a terapias antiinflacionárias convencionais, e sua solução duradoura estará vinculada ao processo de institucionalização da vida política do país.**

Feita a ressalva, porém, cabe reconhecer - sem contudo ter de abandonar a caracterização da sociedade brasileira como pretoriana - que o Brasil já conheceu momentos de maior institucionalização de sua vida política, o que, conseqüentemente, propiciava um maior "grau de governo". Para mencionar apenas um traço que diz respeito mais diretamente ao conflito distributivo, o arranjo corporativista das relações trabalhistas implantado na década dos 30 seguramente permitia ao governo maior controle sobre a economia nacional do que ele dispõe hoje, ao mesmo tempo em que era objeto de razoável consenso na população em torno de sua legitimidade.²⁹ Embora continuasse legalmente em vigor, a partir de 1964 ele foi virtualmente substituído pela repressão aos sindicatos e a arbitragem dos salários pelo governo federal. Com a abertura, a contestação aberta ao sistema corporativista ganhou força a partir dos últimos dez anos - especialmente nas plataformas do "novo sindicalismo", que engendrou o PT e a CUT. O resultado é que, de dez anos para cá, temos vivido um estado de perfeita anomia no que diz respeito ao conflito distributivo, com uma legislação trabalhista e uma lei de greve ultrapassadas e que caíram em desuso, sem que se tenha obtido nenhum consenso em torno de um novo arranjo institucional para a administração das relações entre capital e trabalho no Brasil.

O desenvolvimento institucional, vê-se portanto, não é um caminho de mão única, mas comporta idas e vindas. Alguns anos de estabilidade institucional significam um avanço no processo de institucionalização que pode ser praticamente "zerado" por um eventual rompimento das regras do jogo. O principal fermento da institucionalização é o tempo. Por isto, quanto mais tempo durar um determinado arranjo institucional, mais difícil se tornará sua remoção (o que talvez ajude a explicar a particular violência com que foi efetuado o golpe militar no Chile em 1973).

Assim, defendida a plausibilidade da caracterização do Brasil como um caso de sociedade pretoriana, torna-se possível utilizar a teoria aqui proposta para estudar a experiência inflacionária brasileira, especialmente na última década, quando a inflação ultrapassou a marca dos 100% anuais. A experiência de 1980 para cá é particularmente interessante por tratar-se de uma época em que, num prazo relativamente curto, praticamente se tentou "de tudo" em matéria de política econômica antiinflacionária, sem que, no entanto, qualquer das políticas experimentadas lograsse reduzir a inflação de maneira duradoura. Talvez nenhum outro experimento em ciências sociais aproxime-se tanto das condições de um laboratório quanto o estudo da inflação brasileira nos últimos dez anos. Começamos a década atravessando a recessão decorrente de uma política ortodoxa de redução da inflação, passamos depois à época dos sucessivos choques de congelamento de preços e salários, e voltamos agora à política recessiva sem

29 A respeito da concordância dos trabalhadores brasileiros com o espírito "organícista" da legislação trabalhista em vigor durante o período que vai de 1946 a 1964, ver Erickson (1975, p. 57-58).

que a inflação se curvasse em nenhum momento, a não ser enquanto duravam os períodos de congelamento de preços, mas ainda assim apenas para explodir com violência cada vez maior tão logo era iniciada a liberação dos preços. Pagamos e deixamos de pagar a dívida externa em diversos momentos, sempre com resultados decepcionantes. Desindexamos e reindexamos a economia sucessivas vezes, e nada. Por quê? Qual foi o parâmetro que se manteve constante ao longo de todos estes anos, e que todos os governos ameaçaram encerrar, mas no qual invariavelmente fracassaram?

A hipótese aqui defendida é que a variável crucial que impediu o governo não só de derrotar a inflação, mas praticamente de **governar** nesse período foi o vácuo institucional que se abriu a partir da aceleração da abertura no governo do General Figueiredo. De lá para cá, nenhuma força política conseguiu construir uma hegemonia que possibilitasse a formação de um consenso mínimo em torno de um novo formato institucional internamente consistente para o país. A Constituição de 1988, elaborada no interior dessa fragmentação política, é uma colcha de retalhos excessivamente detalhista e carente de articulação interna, fruto dos inúmeros *lobbies* em torno de pequenos problemas que se formaram durante o trabalho constituinte, ocupando o vazio deixado pela ausência de uma condução política hegemônica.³⁰ E, finalmente, as intervenções crescentemente violentas do governo na economia com vistas a controlar a inflação (principalmente os sucessivos congelamentos de preços efetuados a partir de 1986), ao aumentarem enormemente a incerteza na economia, colaboraram decisivamente para a explosão inflacionária que se observou desde então. (O paradoxo fatal aos choques heterodoxos consiste em que eles intervêm brutalmente no mercado e esperam que as pessoas ignorem este fato ao formarem suas expectativas.)³¹

3 CONCLUSÃO: LINHAS DE PESQUISA POSSÍVEIS

O enfoque aqui apresentado baseia-se na hipótese de que a estrutura de preferências dos atores envolvidos no conflito distributivo pode ser adequadamente descrita pela configuração que, na teoria dos jogos, recebe o nome de "dilema do prisioneiro", e que, na ausência de instituições sólidas (ou seja, nas "sociedades preto-

30 Naturalmente, nada disso quer dizer que durante o regime militar o problema institucional estivesse "resolvido"; apenas chamo atenção para o vácuo político que se foi instalando no Brasil a partir do fenecimento da ditadura e do aumento do grau de incerteza - inclusive institucional - da economia a partir deste fenômeno. Se a teoria aqui esboçada estiver correta, isto terá trazido efeitos danosos sobre a administração do conflito distributivo, com conseqüente crescimento da inflação, Hirschman (1985, p. 62-64), por exemplo - reportando-se a um argumento de Serra (1979) -, lembra-nos que, devido à persistência do conflito inter-capitalistas, a inflação no Brasil, mesmo durante o regime militar, nunca foi inferior a 15% ao ano. Assim, a função precípua da indexação brasileira era evitar os impactos intersetoriais danosos da inflação. Um pouco adiante (p. 73) Hirschman lembra que, além do conflito, também o grau de permeabilidade do governo a demandas colabora diretamente com a inflação e nada assegura que regimes militares sejam mais intransigentes nesse ponto. Pelo contrário, a experiência mostra que nos regimes militares os favores se multiplicam e a inflação se mantém a despeito da repressão ao movimento sindical. Acerca do acesso (ainda mais) privilegiado de determinados setores da burguesia ao processo de tomada de decisões governamentais sob os regimes autoritários recentes na América Latina, são referências úteis O'Donnell (1975), Cardoso (1979), entre outros.

31 Este argumento acerca da influência dos sucessivos choques econômicos sobre as expectativas dos empresários e seus efeitos nefastos sobre a inflação está presente, por exemplo, em Camargo (1990, esp. p. 19-21).

rianas" de Huntington, com baixo "grau" de governo), o poder público fracassa na tarefa primária que lhe foi atribuída por Hobbes, isto é, torna-se incapaz de constranger eficazmente os diversos atores envolvidos a adotarem estratégias cooperativas, criando condições favoráveis à generalização de uma opção maximizadora egoísta, o que leva a um resultado subótimo, porém racional, a inflação. Pretende-se que esta interpretação ajude a explicar a aceleração da inflação brasileira que se observou concomitantemente ao fim do regime militar e a resistência desta mesma inflação às mais diversas terapias antiinflacionárias a que a economia do país foi submetida durante os últimos dez anos.

Vários objetos de pesquisa mais detalhada podem-se enumerar desde já, com vistas a se testar a acuidade e avaliar a fecundidade da teoria aqui proposta. Diversas "arenas" do conflito distributivo podem ser tomadas como objeto de estudo, como possíveis focos do processo inflacionário, e suas conexões com o subdesenvolvimento institucional brasileiro investigadas, inclusive mediante comparações com outros países.

No que diz respeito ao setor governamental, por exemplo, uma institucionalidade frágil traria efeitos inflacionários especialmente no que tange à forma de financiamento do déficit público, que - na falta de controles legais adequados - tenderia a ser feito através do mecanismo mais cômodo, que é a emissão de moeda.³² No caso do Brasil, a última década somou indefinição política a um estado de absoluta penúria nas contas do governo, pressionado por uma dívida externa em elevação e um sistema fiscal ineficiente. Uma investigação sobre as formas de financiamento do déficit brasileiro na última década, comparada com a experiência de outros países, de preferência institucionalmente estáveis, seria certamente proveitosa para uma avaliação da fecundidade do enfoque aqui proposto.

Outra arena crucial do conflito distributivo é, naturalmente, a do conflito entre capital e trabalho em torno da determinação dos lucros e salários na economia. Aqui seguramente a ausência de instituições mediadoras consensualmente reconhecidas tem implicações da maior relevância sobre o acirramento do conflito, com possibilidade de implicações particularmente graves sobre o andamento da economia como um todo. Também neste aspecto o país vem vivendo uma penosa experiência de vácuo institucional, devida ao fato já mencionado de a legislação trabalhista, em vigor desde a década dos 30, ter sido quase que unanimemente contestada na última década, sem que nenhum acordo tenha sido alcançado para a formulação de uma nova legislação que a substituísse com o assentimento dos principais atores interessados.

Ainda relativamente ao conflito entre capital e trabalho, creio que merece consideração atenta a já abundante contribuição de Edward Amadeo e José Márcio Camargo ao estudo da inflação brasileira, vinculando-a ao conflito distributivo através da espiral salários/preços deflagrada pelo mecanismo por eles descrito da "filosofia do repasse".³³ Partindo da constatação de que, *ceteris paribus*, qualquer variação de preço

32 O pior é que já se percebe que, uma vez incorporada a inflação à expectativa dos agentes, nem um déficit zerado será necessariamente suficiente para derrubar a inflação, pois os agentes tratam de se proteger antecipadamente. Este argumento acerca das implicações inflacionárias do aprendizado da população em conviver com a inflação, bem como da possibilidade de inflação com oferta de moeda estacionária pode ser encontrado, por exemplo, em Simonsen (1991).

33 Sobre a "filosofia do repasse", ver Amadeo, Camargo (1990, p. 86-89). Os capítulos 4 e 5 desse trabalho (p. 77-108) foram posteriormente transformados num artigo e republicados duas vezes (Amadeo, Camargo, 1991). Para uma formalização do problema, incluindo com destaque os efeitos dos congelamentos de preços sobre a dinâmica da formação de rendas na economia, ver Camargo (1991).

significa transferência de renda na economia, Amadeo e Camargo têm, em seus trabalhos recentes sobre a inflação brasileira, caracterizado o processo inflacionário como decorrência da possibilidade de que desfrutam determinados setores da indústria de repassarem parte substancial - ou mesmo a totalidade - dos aumentos de seus custos (notadamente salários) aos preços de seus produtos. Segundo Camargo, Ramos (1988, p. 8-9), a partir do momento em que a inflação decorrente desses repasses engendra a necessidade de uma reposição salarial, indexando a evolução dos salários nominais a uma inflação passada, aí então instala-se inevitavelmente um processo inflacionário crônico, que tende a perpetuar indefinidamente uma determinada taxa inicial de aumento dos preços.

Embora os economistas nem sempre se mostrem de acordo quanto aos efeitos inflacionários da espiral salários/preços, hesitando em imputar a existência da inflação ao conflito distributivo, parece haver convergência em reconhecer que a forma de administração do conflito distributivo produz um forte impacto sobre a inflação.³⁴ Assim, se por um lado é verdade que a magnitude da inflação não será determinada por nada que se possa chamar de "intensidade" do conflito distributivo, por outro lado deve-se admitir que a generalização da prática do repasse de aumentos salariais aos preços, acompanhada da indexação dos salários a uma inflação passada, constitui condição suficiente - ainda que não necessária - para que se instaure um processo inflacionário crônico de difícil reversão.

Há um segundo aspecto pelo qual a contribuição de Amadeo, Camargo (1989a, 1989b) reveste-se de especial interesse para os meus propósitos, que é o fato de eles insistirem na importância de "variáveis institucionais" no processo inflacionário. Sua abordagem do tema, contudo, é bastante diferente da minha. Em primeiro lugar, seu "vetor de variáveis institucionais" diz respeito exclusivamente à estrutura sindical e à atuação dos sindicatos e ainda assim para desempenhar um papel apenas residual na determinação do "grau de ativismo sindical" (Amadeo, Camargo, 1989b, p. 8). Mais importante que isto, porém, é observar que não estamos tratando da mesma coisa quando nos referimos ao tema institucional. Enquanto Amadeo e Camargo incorporam "variáveis institucionais" a um modelo que pretende explicar a inflação (distinguindo assim entre instituições específicas que em diferentes contextos facilitam ou dificultam a administração do conflito distributivo), o que eu pretendo fazer aqui é demonstrar a equivalência **lógica** entre, de um lado, o problema da administração do conflito distributivo com o objetivo de controlar a inflação e, do outro, o clássico problema hobbesiano da instauração da ordem política em sociedades em "estado de natureza". Se meu argumento estiver correto, esta afinidade nos impediria de solucionar o primeiro problema sem um adequado encaminhamento do segundo. Ou seja, se o poder público não dispõe de canais institucionais consensualmente reconhecidos como legítimos para dirimir conflitos políticos de diversas naturezas, tampouco estará apto a administrar o conflito distributivo de forma a evitar eventuais explosões hiperinflacionárias ou a reduzir eficientemente inflações cronicamente elevadas. Amadeo e Camargo, diferentemente, procuram avaliar os diferentes impactos que estruturas institucionais diversas - tais como variados graus de sincronização ou de centralização da negociação (Amadeo, 1991) - terão sobre o conflito distributivo e a inflação. Não acredito, todavia, que esta diferença de enfoque traduza qualquer incompatibilidade necessária entre a minha

34 Para um texto que recusa a definição da inflação como resultado do conflito distributivo, mas que reconhece a importância do impacto que a administração do conflito produz sobre a inflação, ver, por exemplo, Simonsen (1988).

abordagem do problema e a de Amadeo e Camargo. Pelo contrário, julgo-as antes complementares, embora se possa afirmar - simplificando ao extremo nossos argumentos - que enquanto a minha abordagem dá ênfase ao problema geral da "falta de instituições" e seus efeitos danosos sobre o processo inflacionário brasileiro, o diagnóstico de Amadeo e Camargo redundava, de certo modo, na afirmação de que temos as "instituições erradas".³⁵

Os trabalhos de Amadeo e Camargo procuram mostrar, portanto, que a estrutura oligopolizada e protegida da economia brasileira e a forte segmentação do mercado de trabalho no Brasil permitem aos setores mais organizados da economia (oligopólios industriais e trabalhadores sindicalizados) protegerem-se da inflação e repassarem seus custos para os setores ditos concorrenciais da indústria e para os trabalhadores não organizados. De fato, segundo eles, ao longo da década dos 80 a dispersão dos salários aumentou consideravelmente no Brasil, a despeito da política salarial que procurou sistematicamente garantir reajustes mais altos para as faixas salariais mais baixas e tanto os lucros reais quanto os salários reais aumentaram na indústria paulista (a mais moderna e mais organizada do país) entre 1976 e 1988.³⁶ É importante assinalar, porém, que estes resultados - especialmente no que dizem respeito à evolução dos salários reais - são fortemente contestados por Macedo, Piva (1992, p. 21-25), com base em dados do DIEESE, da Fundação Seade e do IBGE.³⁷ Para Macedo, Piva (1992, p. 22):

"a transferência de renda que possa ocorrer do segmento concorrencial para o oligopolizado não é apropriada da mesma forma por empresários e trabalhadores que compõem este último".

De acordo com os dados utilizados por Macedo, Piva (1992, p. 21-22), os salários reais médios do setor privado da Grande São Paulo perderam algo em torno de 40% de seu valor entre 1985 e 1991, o mesmo acontecendo entre os metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema entre 1980 e 1989. Mesmo levando em conta o fato de que Amadeo e Camargo cobrem um período diferente (1976-1988) e usam dados que tomam por base o Estado de São Paulo como um todo, os resultados não parecem compatíveis. Não cabe aqui procurar fazer esta compatibilização (até porque não disponho dos dados necessários) mas a discrepância entre os resultados de Amadeo e Camargo e os de Macedo e Piva é tão grande que me deixa cético quanto à possibilidade de se dissiparem as dúvidas sem que se recorra à discussão das metodologias empregadas na obtenção de cada um dos dados utilizados.

De qualquer forma, minha hipótese consiste em afirmar que o estado de virtual anomia em que se acham imersas as relações trabalhistas no Brasil desde o fim do regime militar dificultou enormemente ao governo a administração do conflito distributivo, impedindo um combate eficaz à inflação e - independentemente de estarem corretos Amadeo e Camargo ou Macedo e Piva - permitindo o aguçamento das desigualdades sociais no Brasil. Pode-se mostrar que as iniciativas governamentais na

35 Agradeço à Prof^a Maria Regina Soares de Lima por ter chamado minha atenção para este último ponto.

36 Para dados relativos ao aumento da dispersão salarial, bem como dos lucros e salários reais na indústria paulista, ver Amadeo, Camargo (1990, p. 89-100).

37 Amadeo e Camargo não revelam a fonte de seus dados, mas afirmam que todos os dados se referem às empresas da FIEESP, dando a entender que seria esta a sua fonte (Amadeo, Camargo, 1990, p. 92).

política econômica - especialmente no que tange às relações trabalhistas, como a política salarial, por exemplo - têm sido em grande medida inócuas, e cabe investigar se o recente processo de dismantelamento da legislação trabalhista vigente não terá potencializado ainda mais as dificuldades do governo na administração do conflito distributivo.³⁸

Seria útil, portanto, acompanhar a elaboração e a execução (ou não) das políticas salariais do governo ao longo da década dos 80 e investigar suas relações com o processo inflacionário brasileiro de então, procurando explicitar até que ponto a alegada incapacidade governamental de fazer cumprir suas políticas terá contribuído para a persistência da inflação. Assim sendo, um importante objeto de pesquisa seria o comportamento das centrais sindicais e das associações patronais no período, sem deixar de considerar o fato de que elas próprias enfrentavam problema semelhante ao do governo no que toca à dificuldade de liderar seus representados.

Também as sucessivas tentativas de pacto social podem ser analisadas, além dos vários - e diferentes - planos de estabilização aos quais recorreu o governo ao longo da década. Pois, estando correta minha abordagem do problema, não é de se admirar que as sucessivas tentativas de pacto tenham dado em nada, pois nenhuma delas trazia o tema institucional em sua pauta. O Congresso Nacional sequer costumava ser convidado a participar e, assim, empresários, governo e sindicatos sentavam-se uns diante dos outros sem terem nada que pudessem realmente negociar. Dado o dilema do prisioneiro em que estão todos inseridos, nenhum pode decidir unilateralmente pela colaboração. E mesmo se todos concordarem em cooperar, todos terão um incentivo para se comportarem como "caronas", na falta de alguma sanção que possa ser aplicada contra o transgressor. O pacto só será possível quando sua agenda incluir arranjos institucionais ("neocorporativos"?) que produzam uma alteração nas preferências dos atores de forma a configurar um "jogo da garantia", ou então - mais plausivelmente, mantido o dilema do prisioneiro - que possam pelo menos obrigar os atores (com o consentimento destes) à cooperação. A alternativa é esperar pela catástrofe - que viria na forma de hiperinflação aguda - ou então assistir a uma lenta e prolongada decadência econômica e política.

Assim, uma linha de pesquisa que se impõe é o acompanhamento da atividade sindical do período, bem como da política salarial e das diversas tentativas de pacto social. No que concerne aos pactos, é possível ainda recorrer a comparações com experiências de outros países, especialmente daqueles onde houve arranjos bem-sucedidos, para analisar as circunstâncias nas quais ocorreram aqueles sucessos.

Finalmente - levando-se em conta o fato de que nos últimos anos o Brasil tem sido um dos países latino-americanos de pior desempenho econômico -, seria desejável analisar alguns casos recentes de estabilização econômica aparentemente bem-sucedida em países teoricamente semelhantes em alguns aspectos ao Brasil, tais como a Bolívia, o Chile, o México e a Argentina. Esta comparação pode mesmo se constituir num teste decisivo do enfoque aqui proposto, em que se avaliará se as circunstâncias da aparente recuperação econômica daqueles países são ou não compatíveis com as hipóteses aqui defendidas.

38 A ineficácia das políticas salariais recentes no Brasil é um dos resultados da análise de Amadeo, Camargo (1989c). Saboia (1991, p. 181-185), porém, qualifica a afirmação, com base principalmente no crescimento relativo dos salários mais baixos entre 1979 e 1982.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADEO, Edward J. *Institutional constraints to economic policy: wage bargaining and stabilization in Brazil*. 1991. mimeo.
- , CAMARGO, José Márcio. *Market structure, relative prices and income distribution: an analysis of heterodox stabilization experiments*. Rio de Janeiro : Departamento de Economia da PUC-RJ, 1989a. (Texto para Discussão, n. 213).
- , -----, Choque e concerto. *Dados*, 32(1):5-21, 1989b.
- , -----, *Política salarial e negociações: perspectivas para o futuro*. Rio de Janeiro : Departamento de Economia da PUC-RJ, 1989c. (Texto para Discussão, n. 217).
- , -----, *Relações entre capital e trabalho no Brasil: percepção e atuação dos atores sociais*. Rio de Janeiro : Departamento de Economia da PUC-RJ, 1990. (Texto para Discussão).
- , -----, Mercado de trabalho e dança distributiva. In: CAMARGO, José Márcio, GIAMBIAGI, Fabio (org.), *Distribuição de renda no Brasil*, 187-206. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1991. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 13-28, jul/set 1991.
- AXELROD, Robert. *The evolution of cooperation*. New York : Basic Books, 1984.
- BARRY, Brian. Does democracy cause inflation? Political ideas of some economists. In: LINDBERG, Leon N., MAIER, Charles S. (eds.), *The politics of inflation and economic stagnation: theoretical approaches and international case studies*. Washington, D. C. : The Brookings Institution, 1985. p. 280-317.
- BUCHANAN, James M., TULLOCK, Gordon. *The calculus of consent: logical foundations of constitutional democracy*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1962.
- CAMARGO, José Márcio. *Salários e negociações coletivas*. Rio de Janeiro : Departamento de Economia da PUC-RJ, 1990. mimeo
- , Inflação, conflito e congelamento. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 79-99, ago 1991.
- , RAMOS, Carlos Alberto. *A revolução indesejada: conflito distributivo e mercado de trabalho*. Rio de Janeiro : Campus, 1988.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Da caracterização dos regimes autoritários na América Latina. In: COLLIER, David (org.), *O novo autoritarismo na América Latina*, Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1982. p. 41-62.
- DAHL, Robert A. *Polyarchy: participation and opposition*. New Haven : Yale University Press, 1971.
- DOWNS, Anthony. *An economic theory of democracy*. New York : Harper & Row, 1957.
- DUESENBERY, James. *Income, saving, and the theory of consumer behavior*. Cambridge : Harvard University Press, 1949.
- ERICKSON, Kenneth Paul (1975). *Sindicalismo no processo político no Brasil*. São Paulo : Brasiliense, 1979.

- FINLEY, M. I. (1985). *Democracia antiga e moderna*. Rio de Janeiro : Graal, 1988.
- FISHKIN, James S. *Tyranny and legitimacy: a critique of political theories*. Baltimore : The Johns Hopkins University Press, 1979.
- FRANCO, Gustavo H. B. Estado e crise econômica ao fim dos anos 80: problemas fiscais e regulatórios. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 67-77, ago 1991.
- HIRSCHMAN, Albert O. Reflections on the Latin American experience. In: LINDBERG Leon N., MAIER, Charles S. (eds.), *The politics of inflation and economic stagnation: theoretical approaches and international case studies*. Washington, D. C. : The Brookings Institution, 1985. p. 53-77.
- HOBBS, Thomas (1651). Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil. In: MONTEIRO, João Paulo (org.), *Hobbes*, 2. ed. São Paulo : Abril Cultural, 1979. p. 1-419.
- HUNTINGTON, Samuel P. (1968). *A ordem política nas sociedades em mudança*. Rio de Janeiro : Forense-Universitária, 1975.
- LINDBERG, Leon N. Models of the inflation-disinflation process. In: -----, MAIER, Charles S. (eds.), *The politics of inflation and economic stagnation: theoretical approaches and international case studies*. Washington, D. C. : The Brookings Institution, 1985. p. 25-50.
- MACEDO, Bernardo Gouthier, PIVA, Luiz Guilherme. Questão salarial e sindicalismo no Brasil. *Agenda de Políticas Públicas*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 17-25, jul 1992.
- O'DONNELL, Guillermo (1975). Sobre o "corporativismo" e a questão do estado. *Cadernos DCP*, n. 3, p. 1-54, mar 1976.
- OLSON JR., Mancur (1965). *The logic of collective action: public goods and the theory of groups*. New York : Schocken Books, 1968.
- . *The rise and decline of nations: economic growth, stagflation, and social rigidities*. New Haven : Yale University Press, 1982.
- PANIC, M. The origin of increasing inflationary tendencies in contemporary society. In: HIRSCH, Fred, GOLDTHORPE, John H. (eds.), *The political economy of inflation*. Cambridge : Harvard University Press, 1978. p. 137-160.
- POPPER, Sir Karl R. (1944). *A sociedade aberta e seus inimigos*, 3. ed. Belo Horizonte : Itatiaia, 1987. T. 1, O fascínio de Platão.
- PUTNAM, Robert D. Studying elite political culture: the case of 'ideology'. *American Political Science Review*, v. 65, n. 3, p. 651-681, sept. 1971.
- . *The beliefs of politicians: ideology, conflict, and democracy in Britain and Italy*. New Haven : Yale University Press, 1973.
- REIS, Fábio Wanderley. O institucional e o constitucional: responsabilidade e realismo na análise do processo político brasileiro. *Cadernos DCP*, n.3, p.107-122, mar 1976.
- . Cidadania democrática, corporativismo e política social no Brasil. In: DRAIBE, Sônia Miriam et al., *Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas*. Brasília : IPEA/IPLAN, 1989. v. 4. Políticas sociais e organização do trabalho. p. 161-196.

- SABOIA, João. Política salarial e distribuição de renda: 25 anos de desencontros. In: CAMARGO, José Márcio, GIAMBIAGI, Fabio (org.), *Distribuição de renda no Brasil*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1991. p. 165-186.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos (1983). Modelos endógenos de decadência liberal. In: -----, *Paradoxos do liberalismo: teoria e história*. São Paulo : Vértice, 1988. p. 77-109.
- SCITOVSKY, Tibor. *The joyless economy: an inquiry into human satisfaction and consumer dissatisfaction*. Oxford : Oxford University Press, 1976.
- SERRA, José (1979). Três teses equivocadas relativas à ligação entre industrialização e regimes autoritários. In: COLLIER, David (org.), *O novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1982. p. 101-153.
- SIMONSEN, Mário Henrique. Brazilian inflation: postwar experience and outcome of the 1964 reforms. In: ALEMANN, Roberto *et al.*, *Economic development issues: Latin America*. New York : Praeger, 1967.
- (1988) A inflação e o pensamento econômico brasileiro. In: REIS VELLOSO, João Paulo dos (coord.), *Brasil, agenda para sair da crise: inflação e déficit público*. Rio de Janeiro : José Olympio, 1990. p. 15-25.
- O Plano Cavallo não nos serve. *Exame*, São Paulo, v. 3, n. 20, p. 15, 2 out 1991.
- TAYLOR, Michael. *Anarchy and cooperation*. London : John Wiley & Sons, 1976.
- *The possibility of cooperation*. Cambridge : Cambridge University Press, 1987.
- WEBER, Max (1918). Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída: uma contribuição à crítica política do funcionalismo e da política partidária. In: TRAGTENBERG, Maurício (org.), *Max Weber*, 2. ed. São Paulo : Abril Cultural, 1980. p. 1-85.
- ZAGARE, Frank C. *Game theory: concepts and applications*. Beverly Hills : Sage, 1984.